



Perfil Socioeconômico do Município de Palmitos/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

048 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Palmitos/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
38 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Costa, Nilson Luiz. III.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMITOS	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Palmitos	9
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	13
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	16
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	25
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	26
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

realizado através de entrevistas e reuniões com pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Palmitos/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMITOS

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Palmitos/SC (2019), o município está situado na região Oeste do estado de Santa Catarina, distante 634 Km da capital do estado, Florianópolis, e 60 Km de Chapecó. Possui limites com os municípios de Caibí ao Norte e Oeste, e Cunhataí ao Sul e Leste.

Segundo a Lei nº 133 de 30 de dezembro de 1953, sendo instalado em 2 de março de 1954, o município de Palmitos foi criado, desmembrando-se de Chapecó, com 350,7 Km quadrados. Sendo conhecido popularmente pela atração da "Ilha Redonda", à beira do Rio Uruguai.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 390 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°4'20" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°9'29" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Palmitos/SC (2019), 91 anos, em 1926, agricultores vindos do RS pela Companhia Sul Brasil, começavam a construir suas residências onde hoje é a Linha Cascalho.

O engenheiro Carlos Culmey liderava os grupos formados por famílias que vivem até hoje no município como: Otto, Daenecke, Trenepohl, Bortolanza, Lazzari, Maihack, Knapp entre outros.

O primeiro habitante, Fernando Otto, construiu um grande rancho e depois uma casa de madeira onde abrigava os compradores de terra do Rio Grande do Sul. A maioria destes colonos eram descendentes de alemães e italianos.

Na época a mata ainda não era habitada, apenas nas margens dos rios os madeireiros atuavam, extraíndo a madeira de lei. As melhores madeiras, como louro e cedro, eram levadas para a Argentina (Prefeitura Municipal de Palmitos/SC, 2019).

A primeira serraria foi construída em 1927 e a partir daí as primeiras moradias. Com isso também veio a primeira escola e o Hotel Otto. Uma das maiores dificuldades da época eram as pragas como mosquitos e formigas.

Nos dias muito frios, como ainda não existiam botas de borracha, os adultos usavam tamancos para evitar o contato com o chão úmido. Em 19 de Julho de 1927 foi construído o primeiro fogão, feito de argila.

Em 1938, o distrito passou a chamar-se Passarinhos e, em 1947, foi denominado Palmitos. Desmembrada de Chapecó em 1953, a instalação oficial do novo município ocorreu em março do ano seguinte.

Em 2 de março de 1954 Palmitos tornou-se município e teve o Tenente Olavo Spaldin de Souza como prefeito nomeado pelo governo do Estado.

Relativamente aos aspectos demográficos, segundo o IBGE (2019) a população verificada no Censo Demográfico de 2010 é de 16.020 habitantes, estratificados da seguinte forma:

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	4.798	48,61%	5.073	51,39%	9.871	61,62%
Rural	3.220	52,37%	2.929	47,63%	6.149	38,38%
Total	8.018		8.002		16.020	100,00%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar na Tabela 1, cerca de 61,62% da população de Palmitos vive na zona urbana, fato que reforça os traços predominantemente urbano do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 19,51% tem até 14 anos, 23,35% de 15 a 29 anos, 42,23% de 30 a 59 anos e 14,92% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	1.620	20,20	1.505	18,81	3.125	19,51%
15-29 anos	1.898	23,67	1.842	23,02	3.740	23,35%
30-59 anos	3.414	42,58	3.351	41,88	6.765	42,23%
60 ou mais	1.086	13,54	1.304	16,30	2.390	14,92%
Totais	8.018	100,00	8.002	100,00	16.020	100,00%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 65,57% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho. Quanto a estratificação por sexo, na Tabela 2 verifica-se que existe equilíbrio, sendo 50,52% masculino e 49,95% feminino. Quando se lança o olhar para o meio rural, a população masculina representa 52,37%

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Palmitos

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Observando a Figura 2, verifica-se que entre 2002 e 2014, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 465,53 milhões para R\$ 541,55 milhões. Os períodos de 2002 a 2004, o PIB percorreu

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

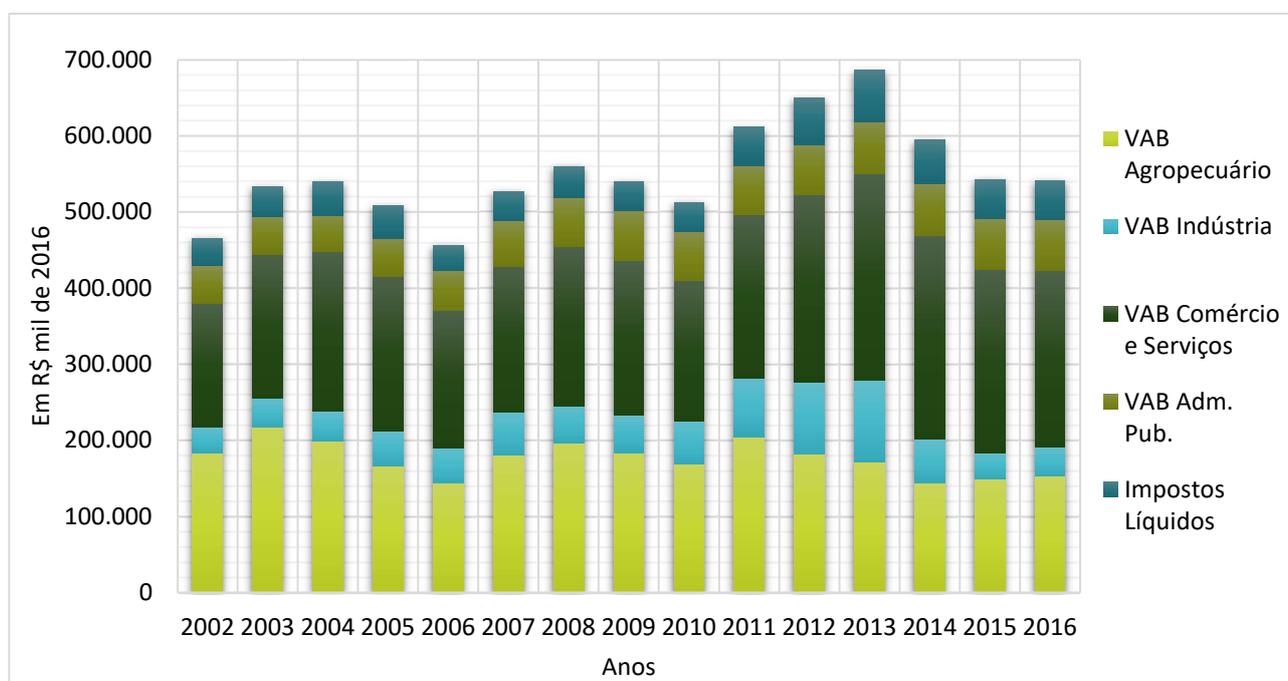
² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

uma trajetória de crescimento. Entre 2005 e 2006 decresceu, quando atingiu o mínimo de R\$ 456 milhões retomando uma trajetória de crescimento até 2013 quando volta a diminuir até o volume de R\$ 541,5 milhões, em 2016.

Em 2016, entre os principais setores de atividade econômica, destacaram-se: comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 231,6 milhões), agropecuária (VAB equivalente a R\$ 152,9 milhões), administração pública (VAB equivalente a R\$ 66,7 milhões) e indústria (VAB equivalente a R\$ 38,5 milhões). Na média do período, o setor de serviços representou 39% do VAB (valor agregado bruto), agropecuária 32%, administração pública 11% e indústria 10%.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



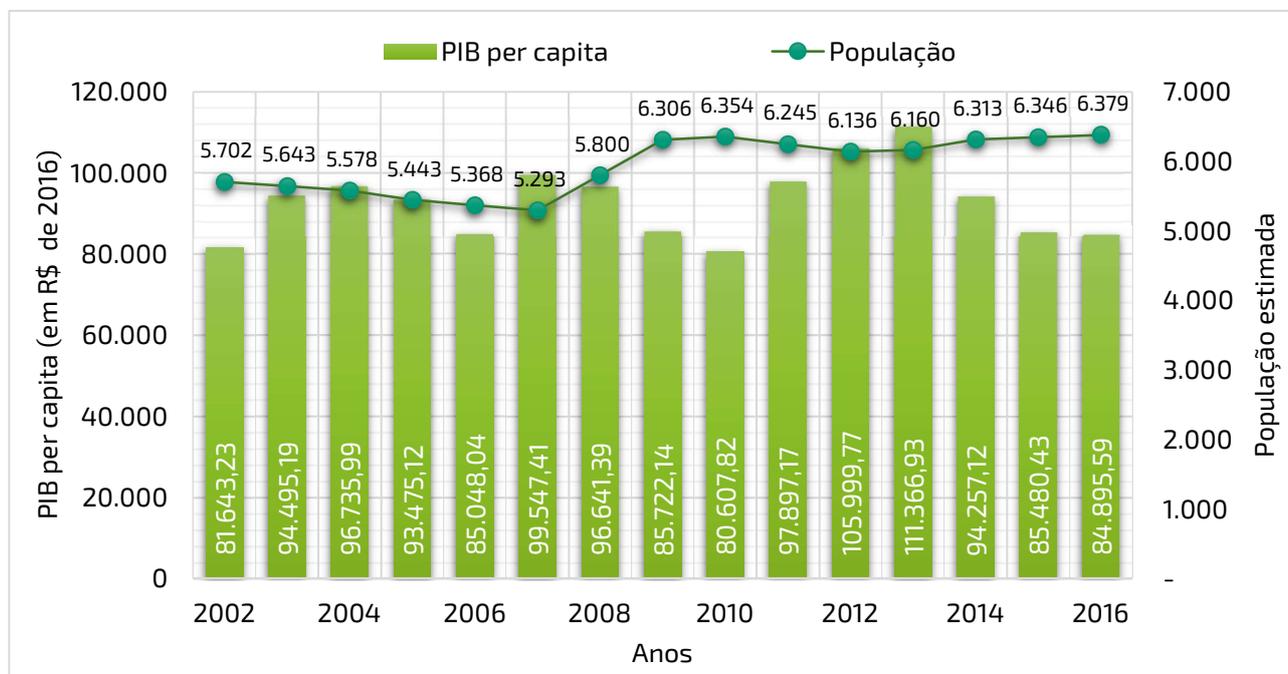
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A agropecuária, embora importante, vem perdendo espaço para o setor de serviços, que experimentou um crescimento de 43% no período analisado. O setor público também aumentou sua importância relativa, para 34%.

Observou-se entre 2002 e 2016, um crescimento populacional, de 15.822 habitantes para 16.169 habitantes, ou seja, um acréscimo de 2,19%. Analisando o período, o PIB cresceu 16%. A combinação do crescimento do PIB com um crescimento populacional menor,

definiu um crescimento do PIB per capita de 13,24%, ou seja, saiu de R\$ 29.423 em 2002 para R\$ 33.320 em 2016, conforme é possível observar na Figura 3.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016

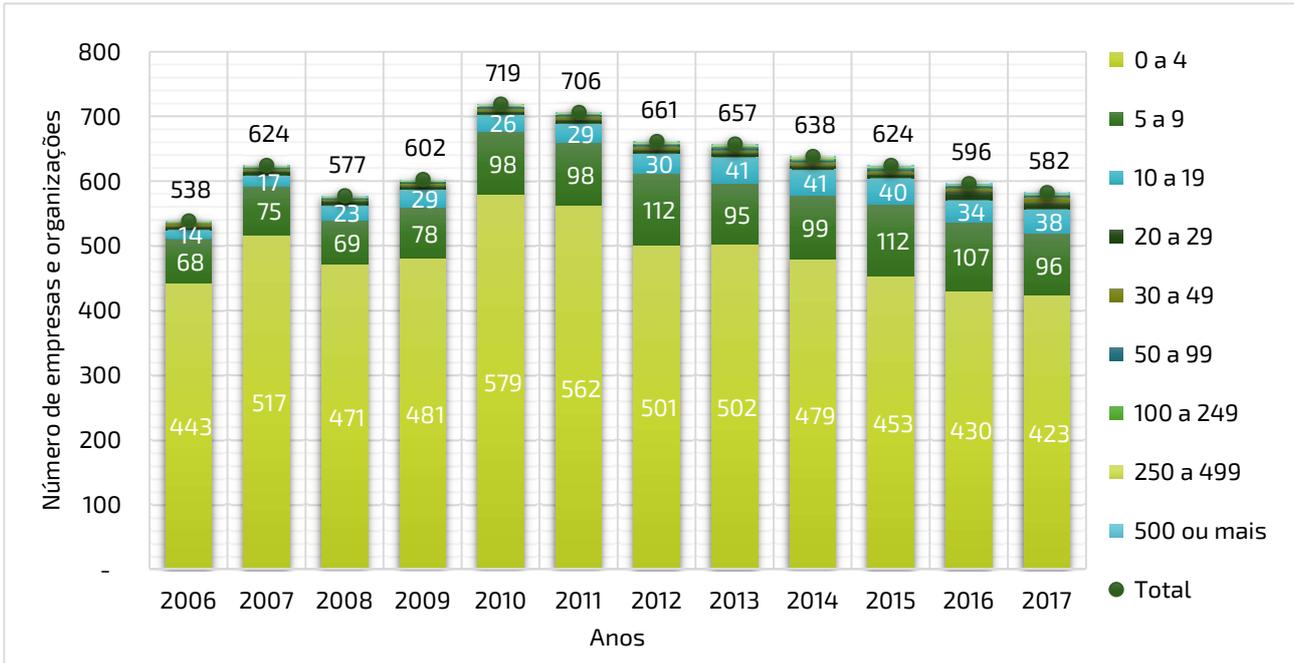


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 72,68% das empresas e organizações do município em 2017.

No período de 2006 a 2017, em média, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados, representaram 77,57% do total de empresas e organizações cadastradas no município. Em 2017, 159 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, segundo IBGE - Cadastro Central de Empresas e organizações (2017).

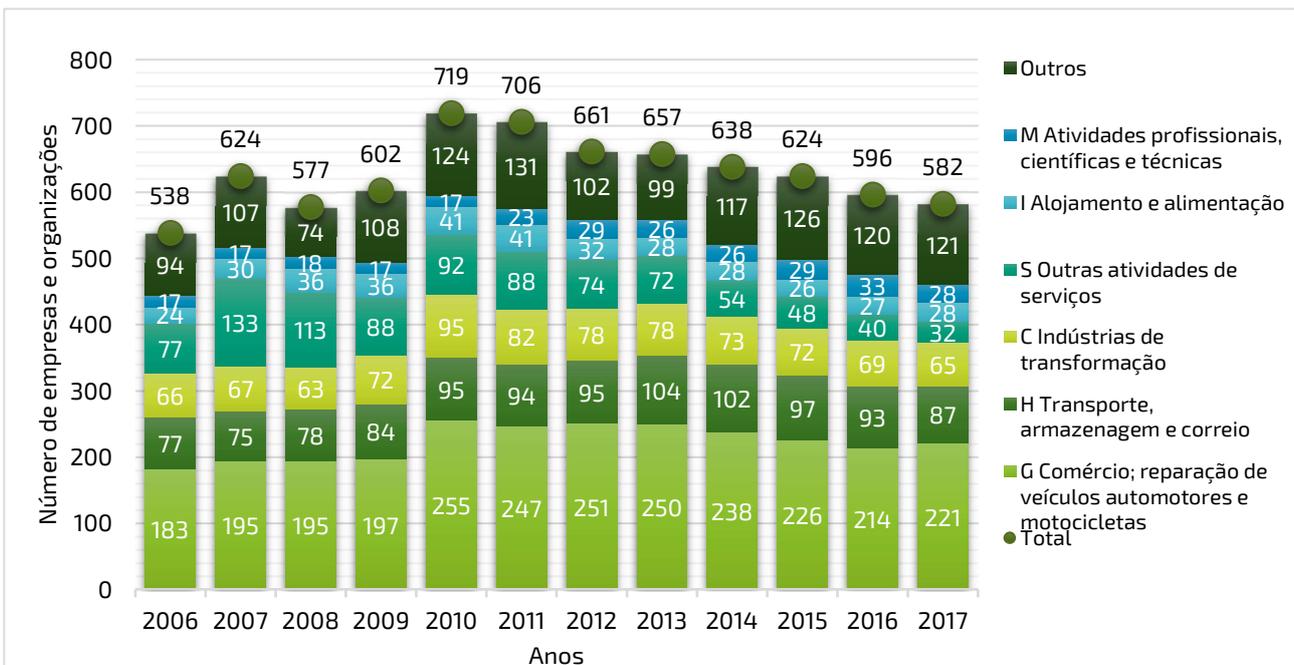
Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações em 2017 (221, equivalente a 37,97% do total), na média entre 2006 e 2017 esse percentual ficou ao redor de 35,51%.

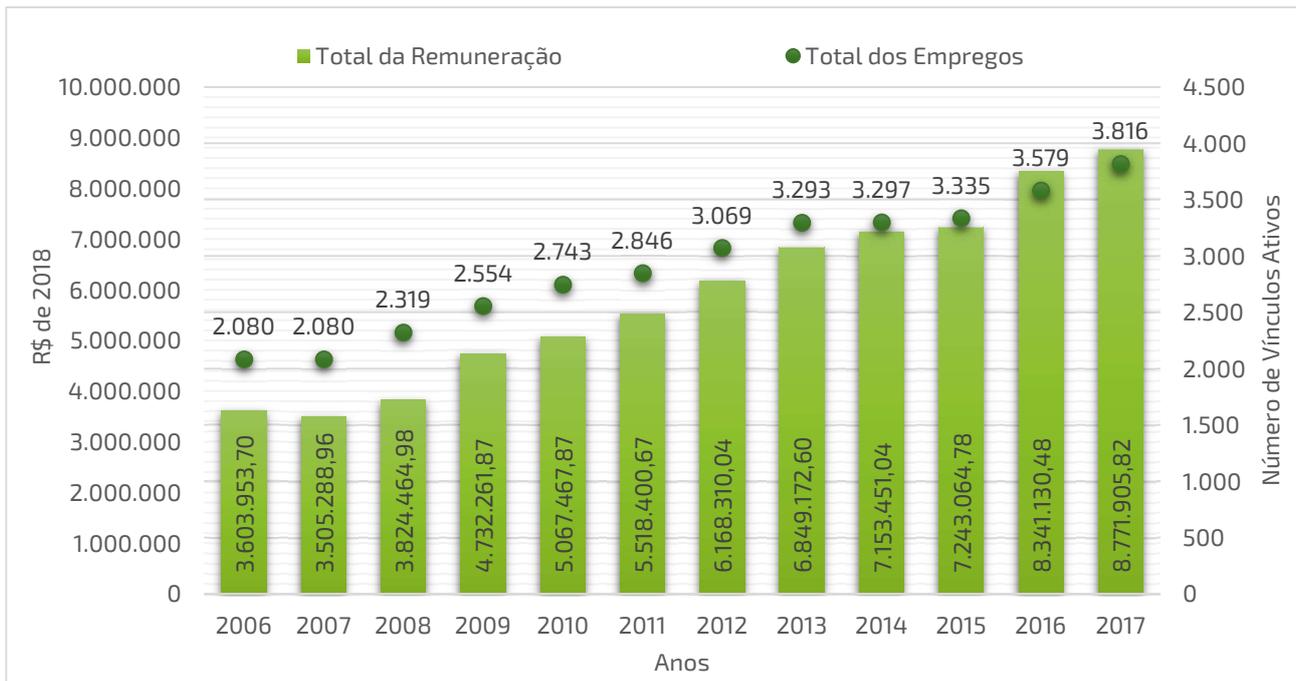
De 2009 a 2017, o setor de transporte experimentou um crescimento de 3,57%, alcançando em 2013 seu maior valor de 104 empresas e organizações, reduzindo para 87 em 2017.

Observa-se que ao longo do período de 2012 a 2017 houve expansão no número de empresas e organizações, de 538 em 2012 para 582 em 2017, ou seja, um aumento de 8,18%.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

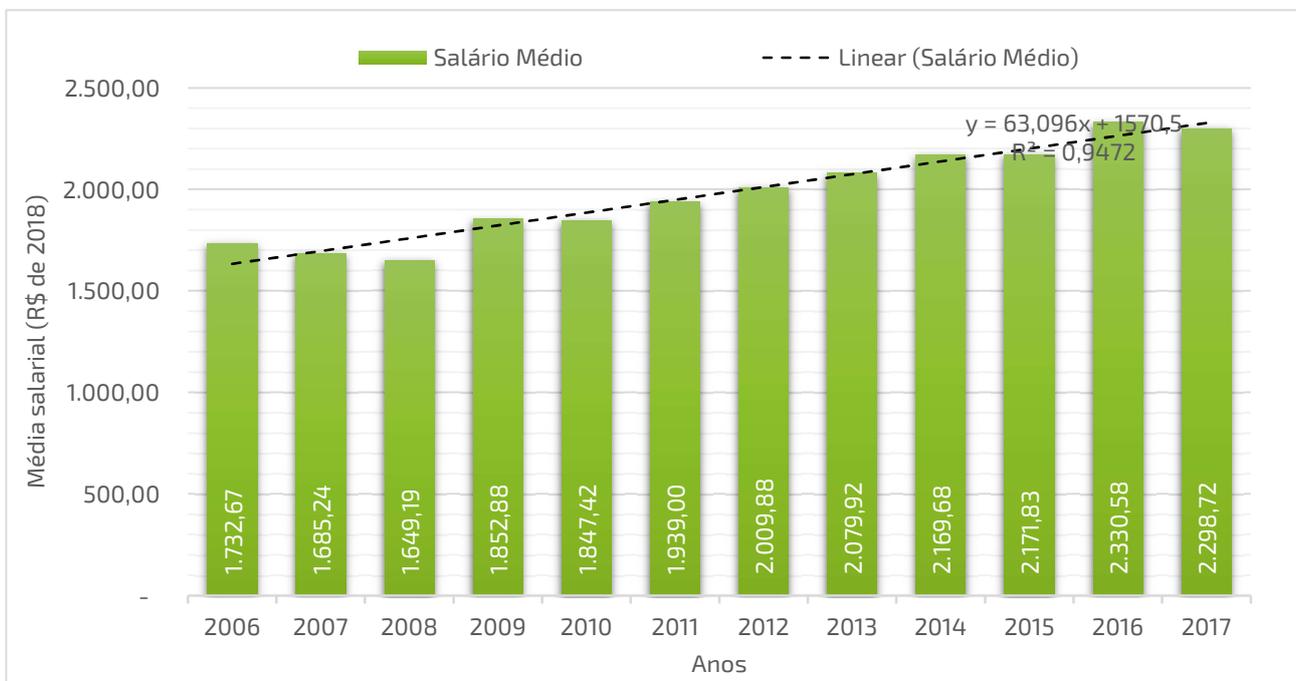
O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Os valores aqui apresentados têm como base a remuneração do mês de dezembro do respectivo ano de análise. A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 2.080 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 3.603.953,70 em dezembro/2006 para 3.816 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 8.771.905,82 em dezembro/2017.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Demonstra-se na Figura 7 a remuneração média desses postos de trabalho.

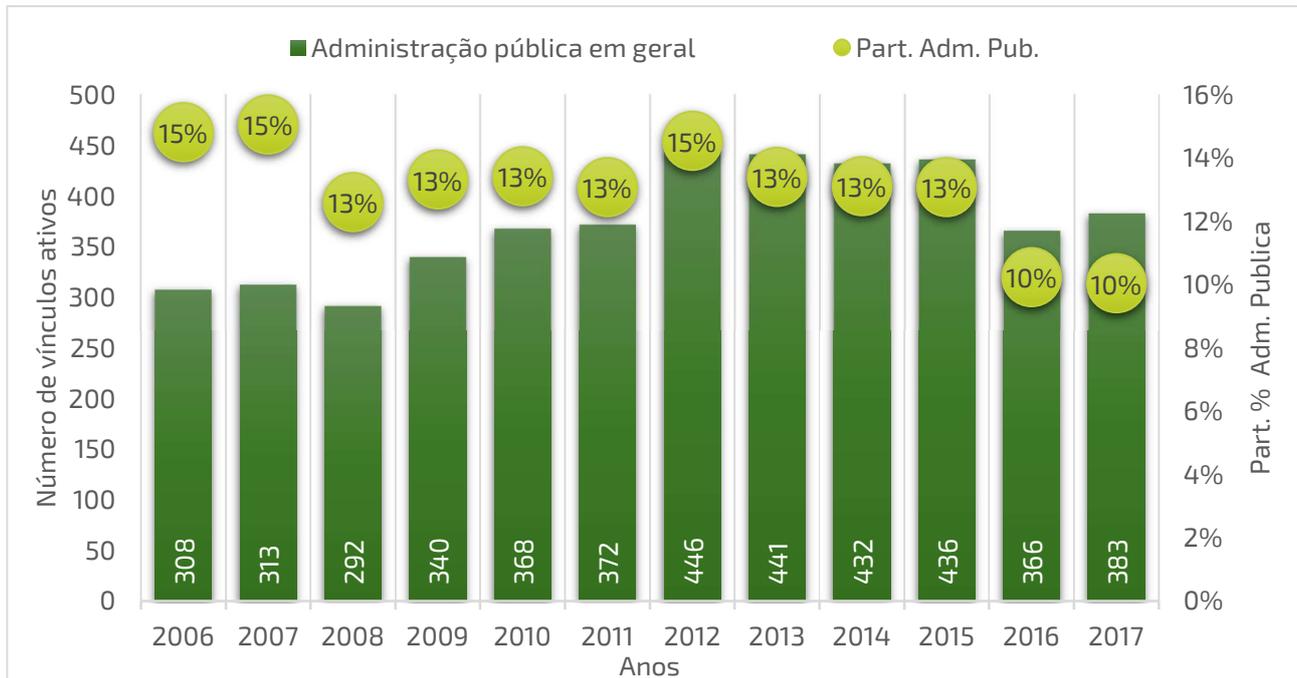
Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Observa-se um salário médio de R\$ 1.773,67 e R\$ 2.299,72 respectivamente dezembro/2006 e dezembro/2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município.

Na Figura 8 demonstra-se a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que essa participação apresentou tendência de queda de 2006 a 2017, passando para 15% em 2006 para 10% em 2017.

Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017

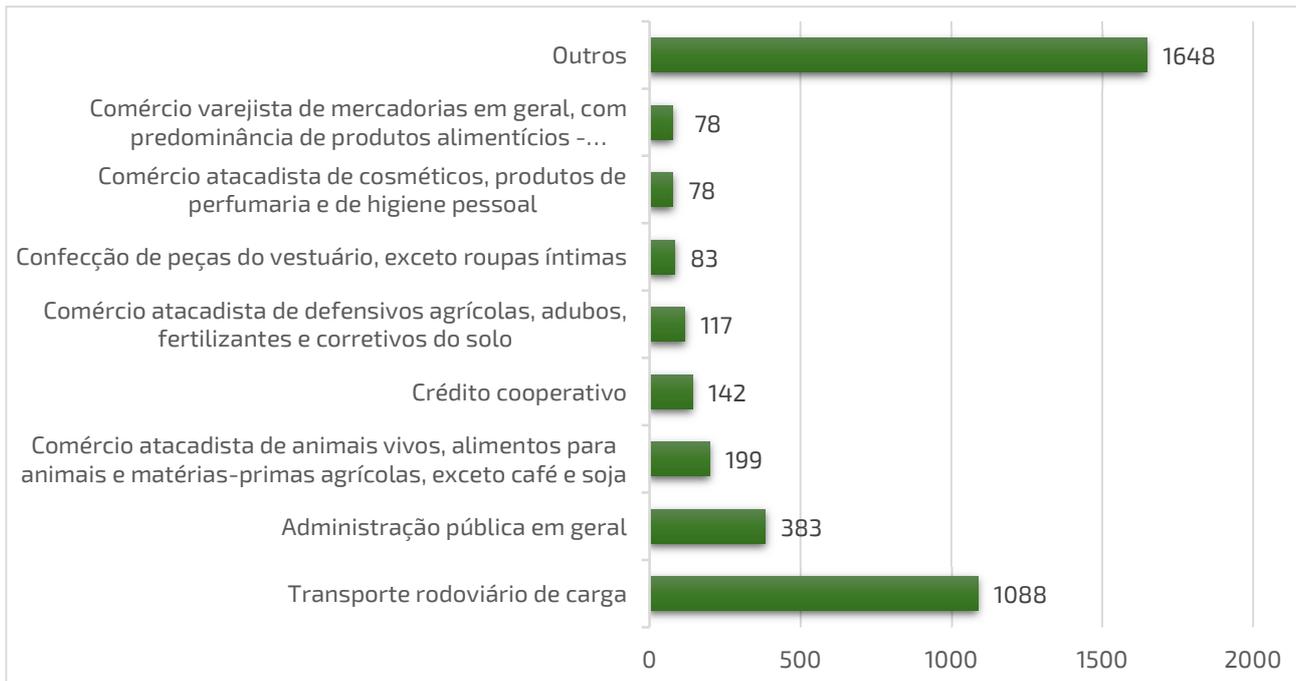


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A média dos postos de trabalho na administração pública no período foi de 374,75 ao passo que os do setor privado foi de 2.542,83. Os postos no setor privado, passaram de 85,19% do total de postos em 2006 para 89,96% em 2017.

Enquanto os postos de trabalho no setor público cresceram em 24,35%, o setor primário aumentou os postos de trabalho em 93,74%. Isso permite que o peso relativo do setor público diminua ao longo de 2006 a 2017.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município onde observamos a importância do setor de transporte rodoviário de cargas, onde são gerados 1.088 postos de trabalho. Também fica caracterizado o papel da Administração Pública em Geral⁴, gerando 383 postos de trabalho.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades.

De acordo com a Tabela 3, 88,81% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 69,87% da área. Também é possível verificar que 10,15% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos

⁴ Código CNAE 84.11-6

fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 24,05% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam 96,88% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

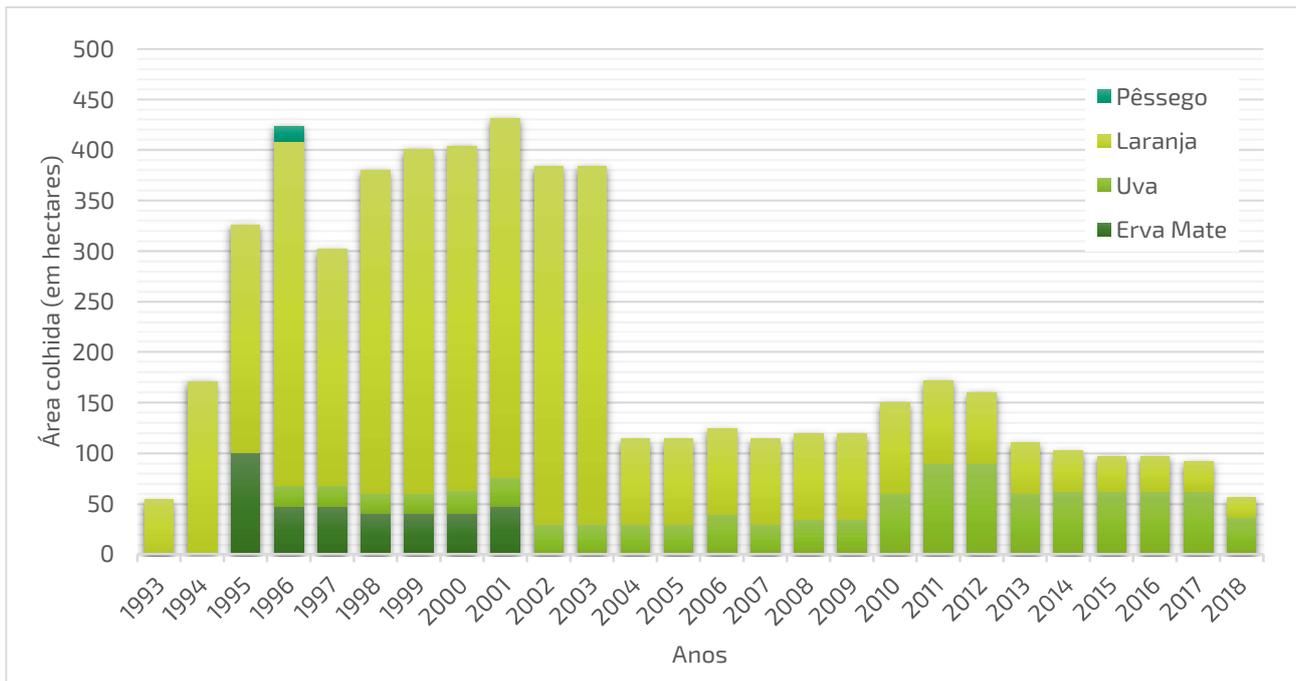
Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	2.493,00	21.331,02	88,81	69,87
1-2	285,00	7.342,60	10,15	24,05
2-3	19,00	904,33	0,68	2,96
3-4	9,00	600,72	0,32	1,97
4-5		0	-	-
5-6		0	-	-
6-7		0	-	-
7-8		0	-	-
8-9		0	-	-
9-10		0	-	-
10-11	1,00	350,89	0,04	1,15
	2.807,00	30.529,57	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 92 hectares para culturas perenes e 13,835 hectares de lavoura temporária. A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 424 para 56 hectares no período 1996 – 2018 (Figura 10).

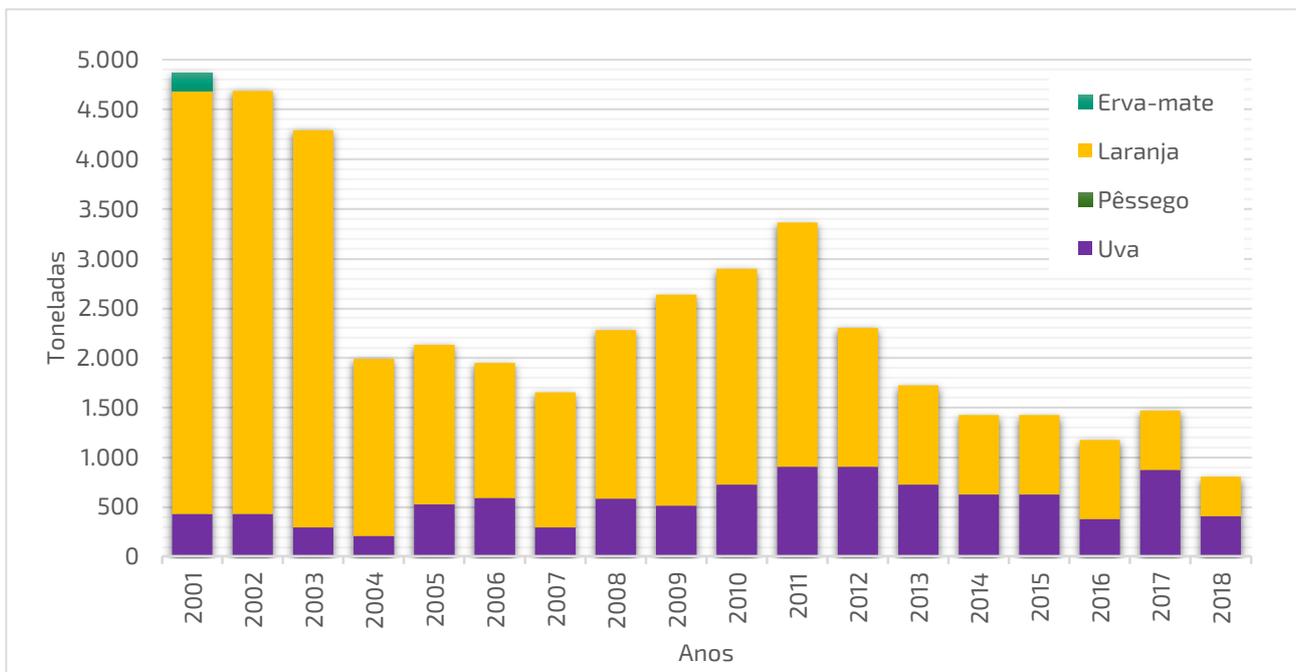
Destaca-se a forte redução da área colhida entre os anos de 2003 e 2004, momento em que as áreas de laranja foram reduzidas de 355 hectares para 85 hectares.

Nas lavouras perenes observa-se a concentração na viticultura e na cultura de citros (laranja), com uma área em 2018 de 36 e 20 hectares respectivamente. Em 2011 essas mesmas culturas tinham área de 90 e 82 hectares respectivamente. Fica clara a redução dessas culturas na composição das culturas perenes.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1993 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

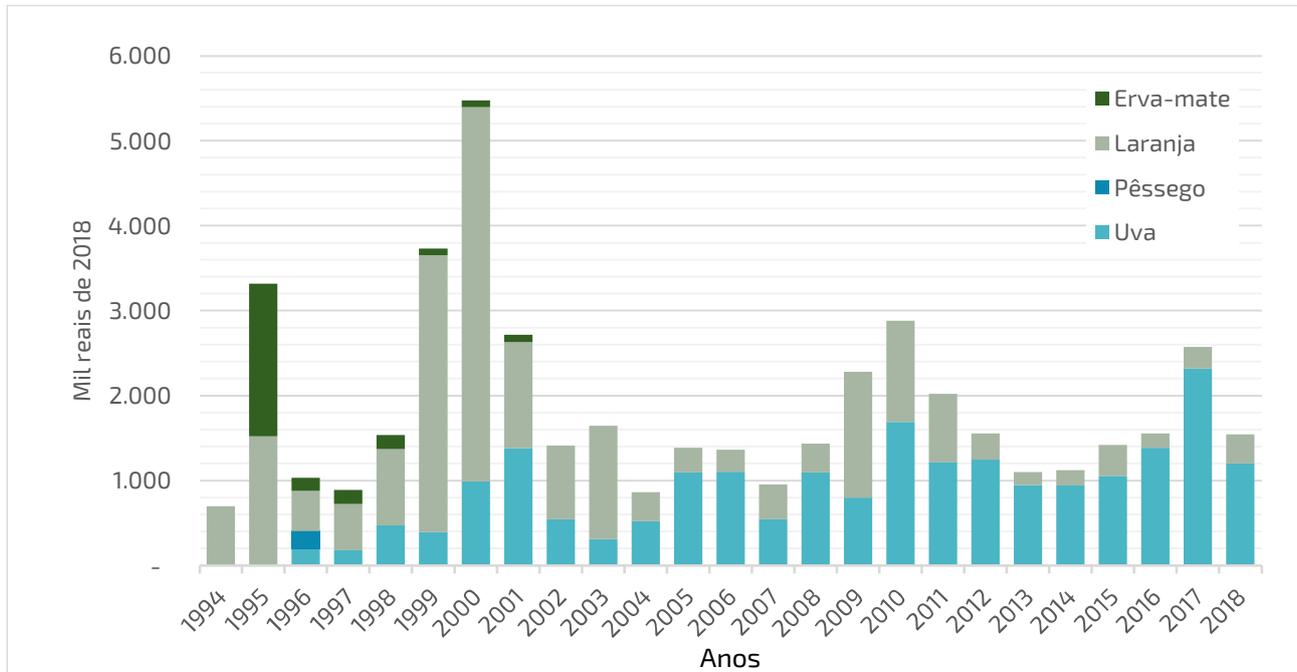
A Figura 11 permite observar a evolução global da produção do período de 2001 a 2018, quando a quantidade produzida sai de 4.800 toneladas para 800 toneladas.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 12 apresenta-se o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. Decorrente da área cultivada a laranja e a uva apresentam os maiores valores da produção.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

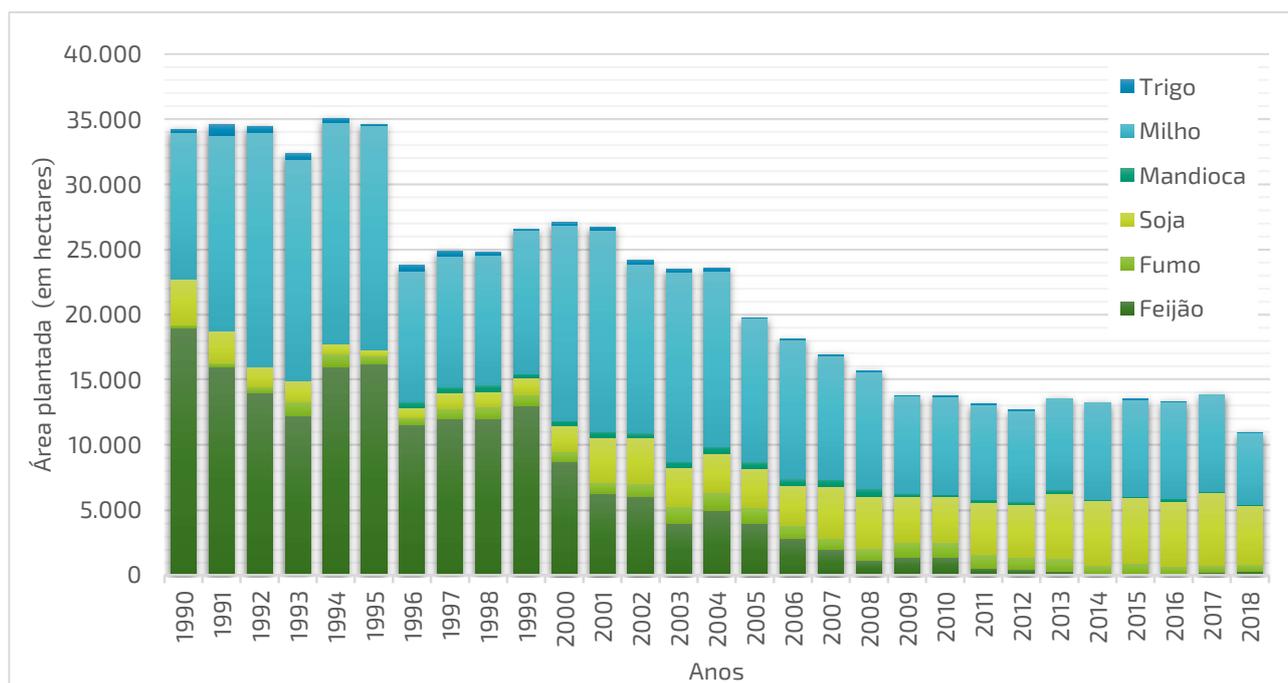


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A cultura da laranja já foi a mais relevante e chegou a resultar em R\$ 4,4 milhões em 2000. Contudo, a partir de então reduziu e dada a constância na produção e valor da produção da uva, esta passou a ser a principal lavoura temporária do município, fechando 2018 com valor equivalente a R\$ 1,5 milhão, ante R\$ 340 mil da laranja.

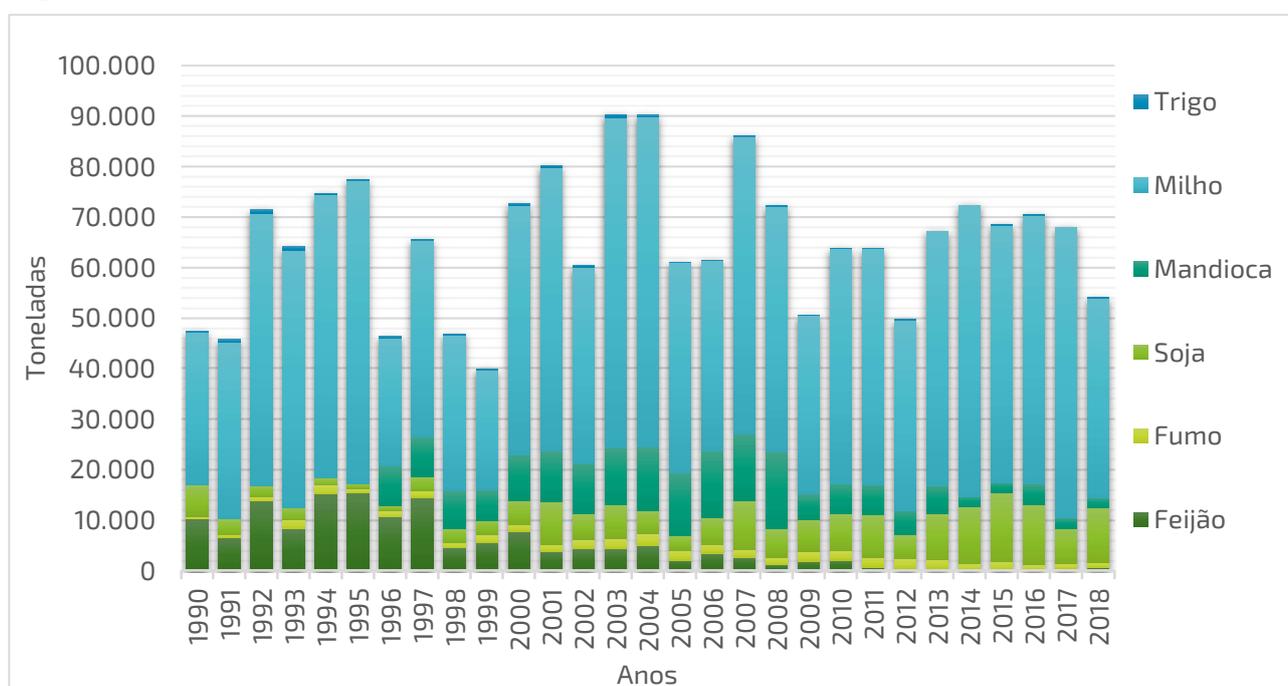
Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, uma redução geral na área das culturas analisadas.

A cultura do feijão foi a que mais perdeu área cultivada com redução de 98,52%. A cultura do milho foi a segunda em perda de área, 50,89%. Outra cultura que teve área reduzida foi a mandioca, onde do período de 1996, verificava-se 483 hectares plantados para 100 hectares em 2018, representando uma redução de 79,30%. As lavouras do fumo e da soja experimentaram crescimento da ordem de 119% e 28,57% respectivamente.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações negativas nas culturas do feijão, mandioca e trigo com 94,5%, 74,32% e 47,69% respectivamente.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 - 2018

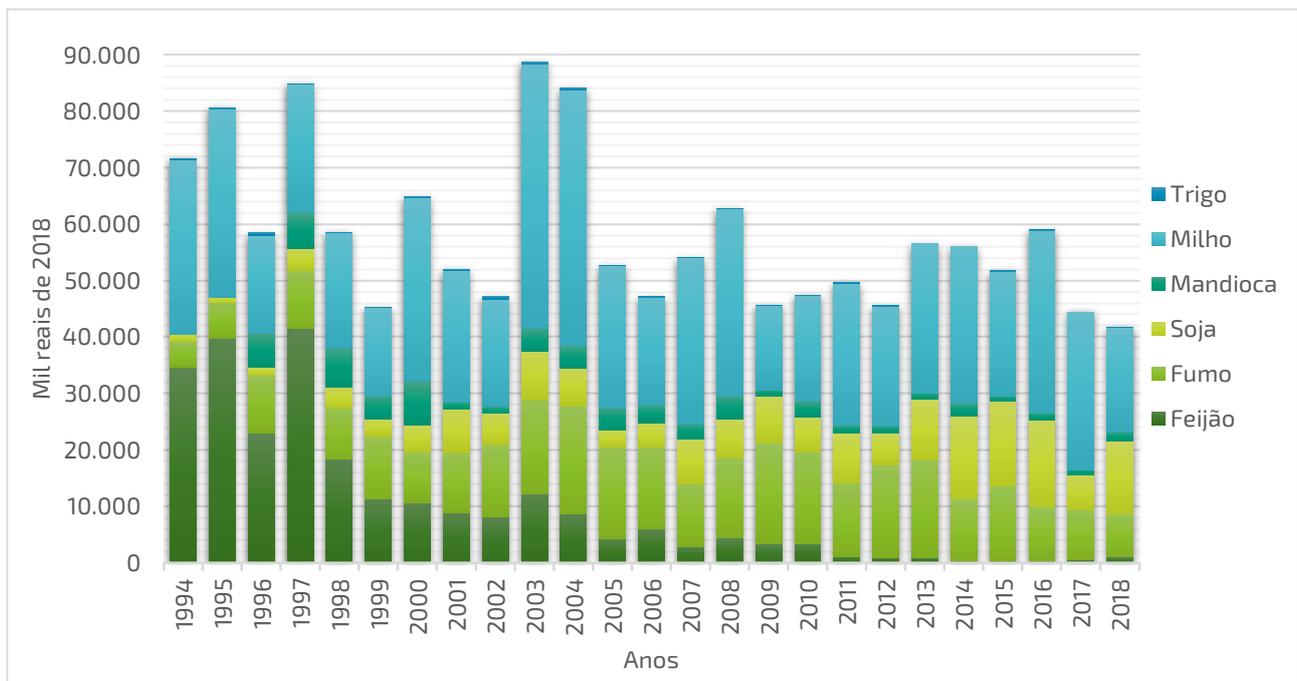
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Fumo, soja e milho oscilaram positivamente com variações de 138%, 71,42% e 30,95% respectivamente.

Todas as culturas apresentaram aumento de produtividade ao longo do período de 1990 a 2018. O trigo, embora tenha diminuído a área em 88% foi a cultura com maior aumento de produtividade, 348%. Depois veio o feijão com 273%, milho com 166% e soja e mandioca com 33%. A produtividade do fumo apresentou aumento de 8,23%.

Em termos reais⁵, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 88,7 milhões em 2003 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 41,7 milhões.

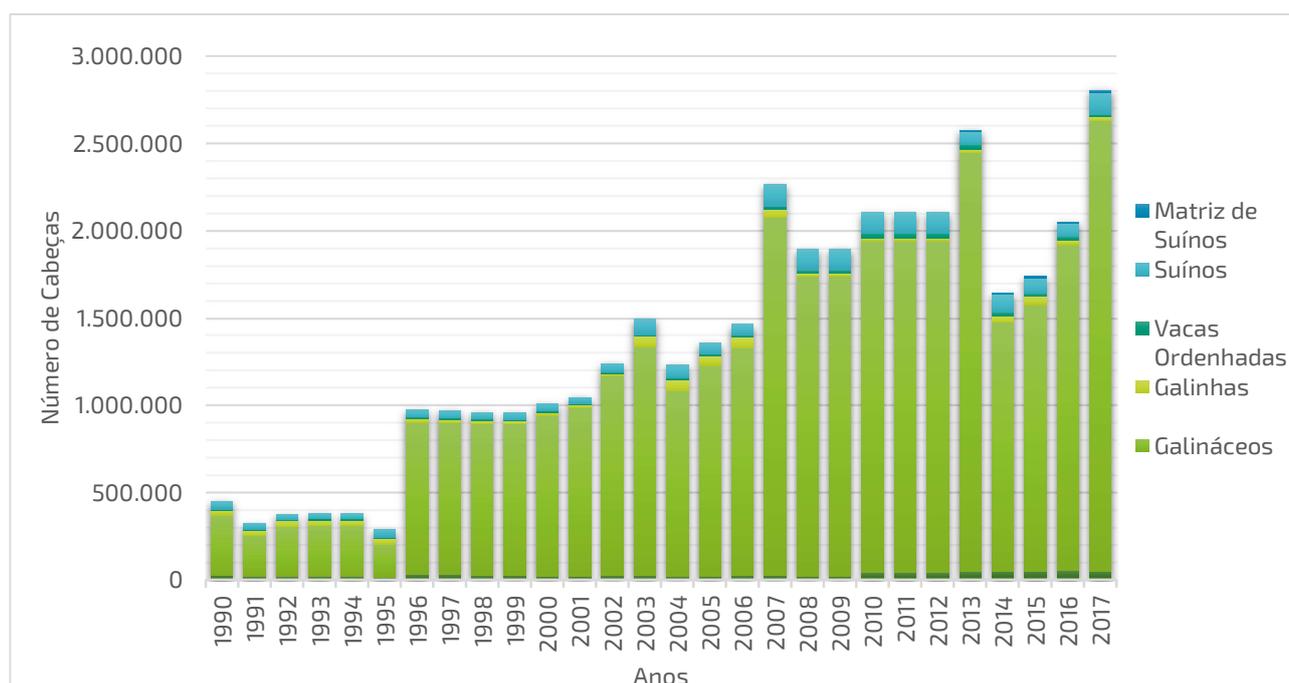
Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2018, a cultura do milho foi a que alcançou a maior valor da produção, com R\$ 18,48 milhões, seguida da soja (R\$ 12,88 milhões), e fumo (R\$ 7,7 milhões).

⁵⁵ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

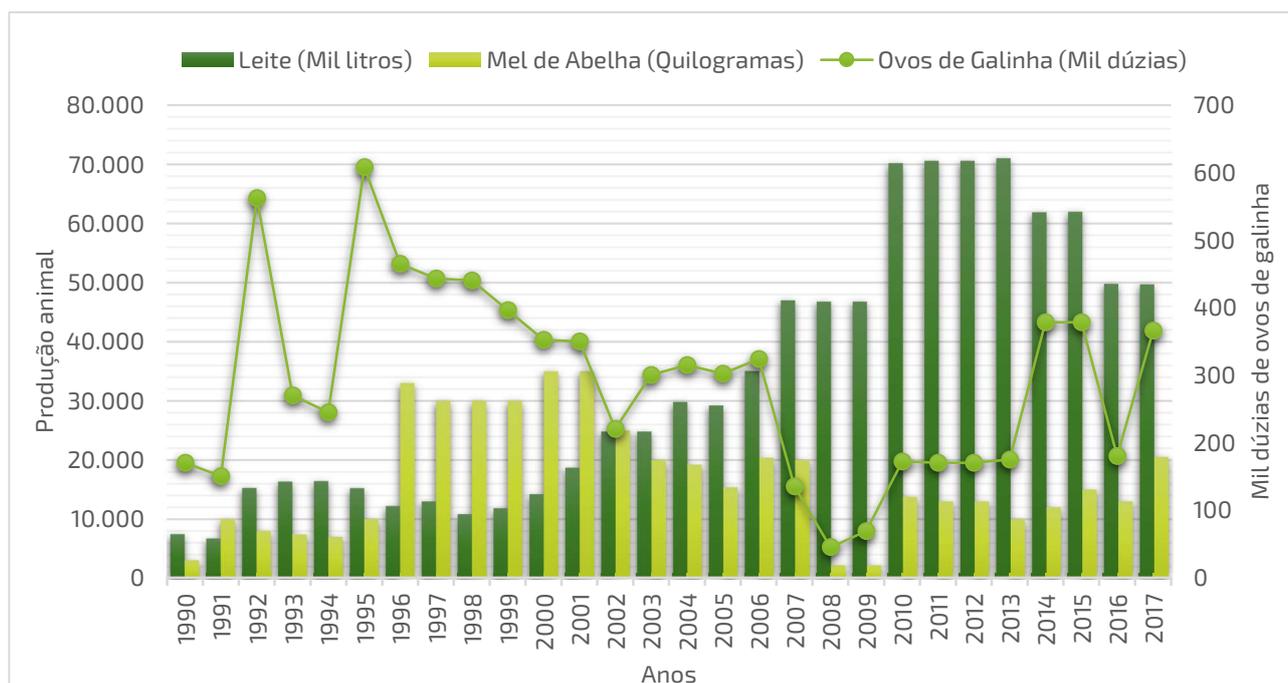
Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, na Figura 16 mostra-se uma tendência de elevação de alguns dos rebanhos, como galináceos e suínos que de 1990 a 2017 tiveram um aumento dos rebanhos de 649% e 172% respectivamente, seguido em terceiro lugar pelo rebanho de leite que aumentou 102,84%.

A partir da Figura 17 é possível observar a produção animal, onde em 1998 produzia um valor de R\$ 14,648 milhões e em 2018 passou a produzir um valor de R\$ 56,803 milhões.

A produção leiteira comercial no município inicia em 1990 com 7,43 milhões de litros e uma produtividade de 4,21 litros/vaca/dia para uma produção de 2.580,75 milhões de litros e uma produtividade de 13,9 litros/vaca/dia em 2017. Uma expansão de 34,63% e 230,17% na produção total e na produtividade respectivamente no período.

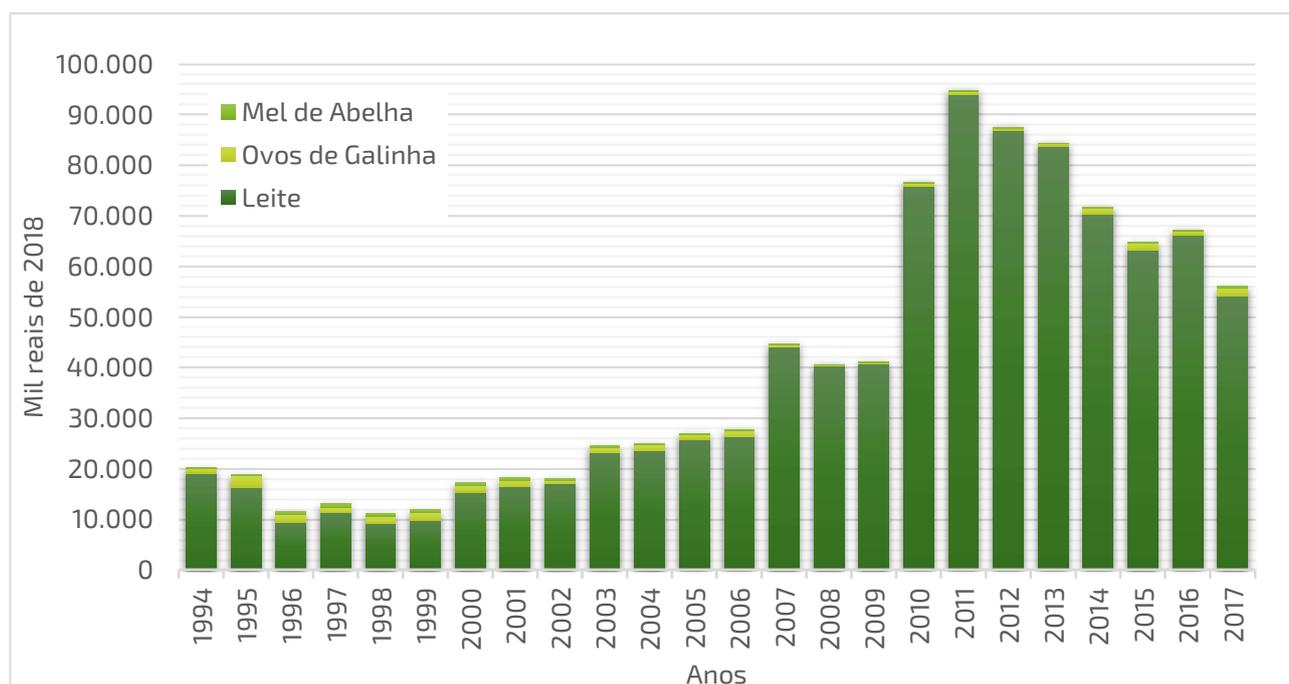
Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de mel no município foi incrementada a partir de 1996, quando alcança um volume de 33 mil quilos frente aos 10 mil quilos de 1995. Essa produção experimentou aumentos significativos até 2001, quando alcançou uma produção de 35 mil quilos. A partir desse ano a produção iniciou uma alternância de crescimento e queda, chegando a 2017 com uma produção de 20.516 mil quilos.

A produção de ovos experimentou uma elevação de 1990 a 1995, quando a produção passa de 170 mil dúzias para 608 mil dúzias. A partir dessa data, inicia-se uma trajetória de queda, onde chega um mínimo de 45 mil dúzias em 2008 e volta a subir, chegando em 2017 com 366 mil dúzias.

A atividade leiteira é a de maior impacto no valor da produção animal, apresenta uma trajetória de crescimento com alguns períodos de depressão no valor gerado, como o período de 1996 a 1999, quando o valor da produção ficou ao redor de R\$ 9 milhões. Destaca-se que a produção de leite chegou ao seu ápice, em termos de valor, no ano de 2011, momento em que registrou R\$ 94 milhões, mas encerrou 2017 ao redor de R\$ 54 milhões.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos foi de R\$ 904 mil em 1994 e de R\$ 1,6 milhão em 2017. No mesmo período, o valor da produção de mel aumentou de R\$ 90 mil para R\$ 294 mil.

Outra fonte de renda importante para o município no campo da produção pecuária, é a produção de suínos, que segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (Produção Agrícola Municipal-2018), demonstra 224,79 mil cabeças de suínos vendidas, gerando R\$ 12,757 milhões em 2017.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

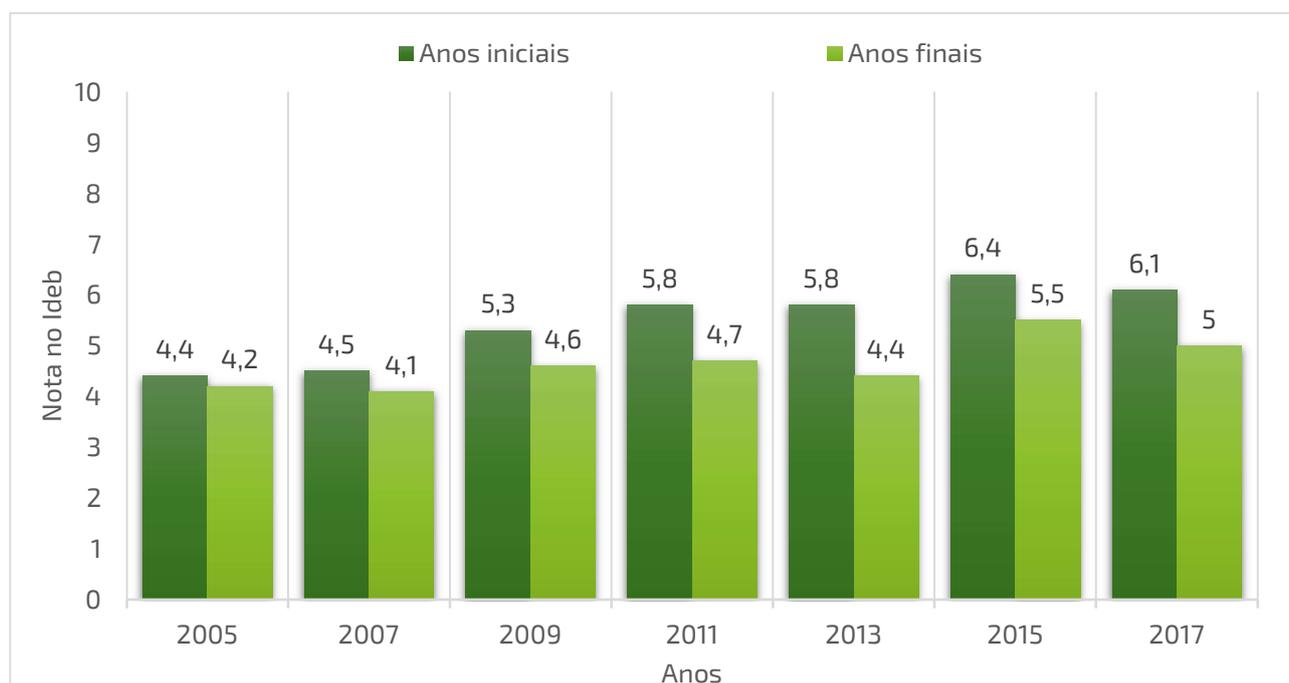
De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 99 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil.

Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 1.574 matrículas no ensino fundamental e 467 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 125 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 60 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 10 escolas no ensino fundamental e 3 escolas no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶ tem evoluído em alguns aspectos no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Palmitos/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁶ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. .

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu de 4,4 em 2005 para 6,1 em 2017.

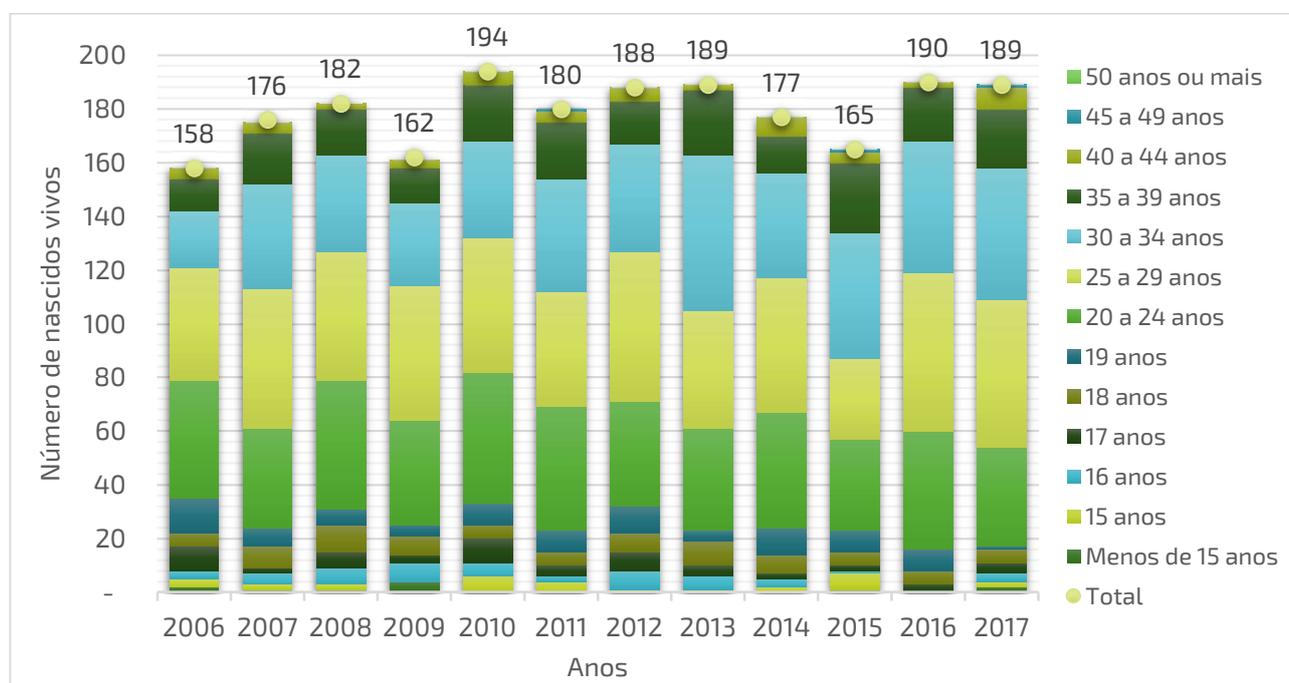
Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2005 o índice foi de 4,2, evoluindo para 5 em 2017. Observe-se que o IDEB dos anos iniciais tem se mantido superior aos dos anos finais.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma tendência de aumento no número de nascimentos de crianças, partindo de 158 nascidos vivos em 2006 para 189 em 2017.

Destaca-se que em 2017 as mães com idades entre 20 e 39 anos são responsáveis por 86,24% dos partos, com 163 nascimentos. (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Palmitos/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foram registrados 11 partos em mães com menos de 18 anos (5,82% do total de partos), entre as quais, duas com menos de 15 anos. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 9 partos de mães com mais de quarenta anos.

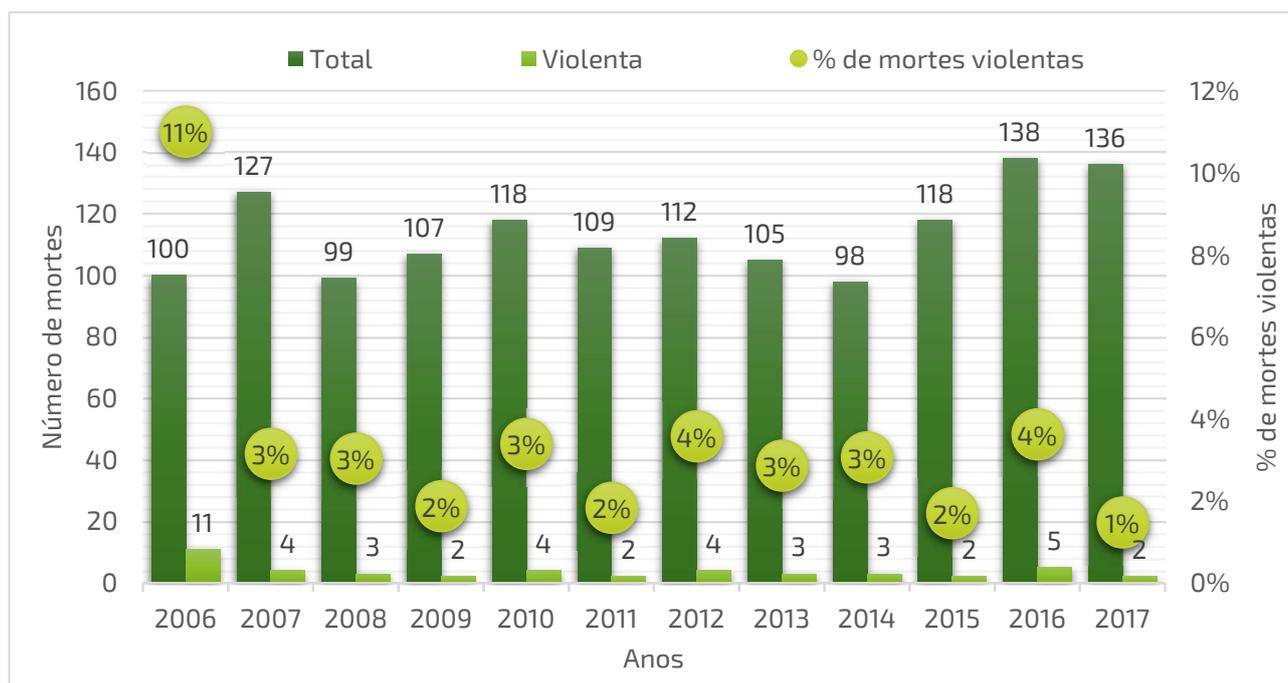
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017, houve 1 óbito para 189 nascidos vivos, o que mostra uma taxa de mortalidade infantil de 5,29 (óbitos por 1000 nascidos vivos).

"A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 5.29 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 10.9 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 178 de 295 e 13 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3955 de 5570 e 229 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 11% para 1% entre 2006 e 2017, sendo que esse percentual nunca superou os 4%.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu nos anos de 2009, 2011, 2015 e 2017, com 2 mortes em cada ano. No período analisado foram registrados um total de 1.367 óbitos, dos quais 45 ocorreram de forma violenta (3,29%), conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Palmitos/SC: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 1 pessoa, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

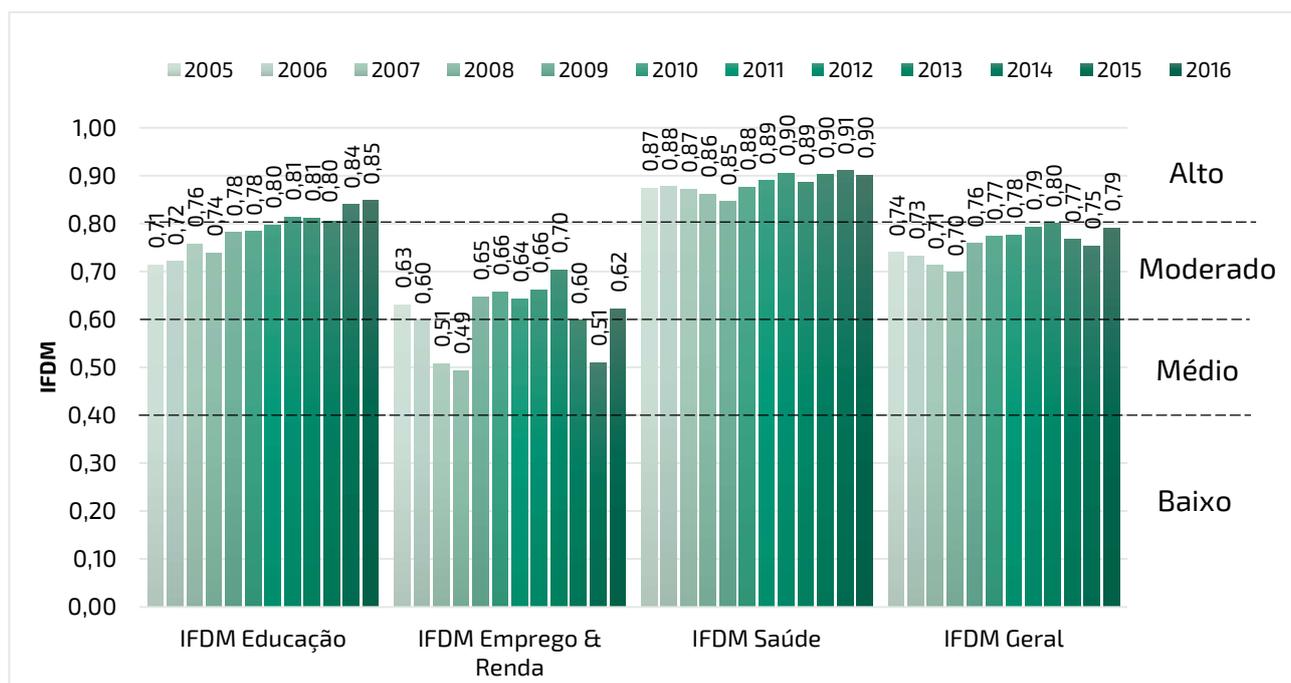
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve oscilações negativas do emprego e renda no ano de 2005 para 2008, experimentando uma trajetória de recuperação de 2009 a 2013, voltando a cair no período de 2014 e 2015, com leve recuperação em 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice de 0,79 em 2016 e um índice médio do período de 0,76.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016

Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Palmitos possui "15.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 58% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 270 de 295, 105 de 295 e

73 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3974 de 5570, 3789 de 5570 e 1023 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	35069	
Número de imóveis rurais	2807	
Área total dos imóveis rurais	30.529,55	87,06
Área média:	10,88	
Área mínima/máxima:	0,12 / 350,89	
APP	3.717,66	12,18
APP - Recomposição	175,14	0,57
Reserva Legal	2.469,25	8,09
Vegetação Nativa	3.715,62	12,17
Servidão Administrativa	303,41	0,99
Área Consolidada	23.815,42	78,01
Banhados	0,81	0
Número de Nascentes	193	0
Uso Restrito	449,32	1,47
Hidrografia	2.329,78	7,63
Topo de Morro	6	0,02
Áreas: Não Declarada - Outras	4.539,45	12,94

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 35.069 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 30.529,55 hectares. Destes, cerca de 12% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 8,09% como Reserva Legal e 78,01% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Os dados permitem observar que dos 2.807 mil imóveis rurais, 61% declararam ter APP. Apenas em 2 propriedade rural foram declarados banhados, 177 propriedades declararam nascentes de olho d'água, conforme Tabela 5.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	1.709	3.893	1.098	61	39
Área Consolidada	2.647	23.815	160	94	6
Banhado	2	1	2.805	0	100
Hidrografia	1.683	2.144	1.124	60	40

Nascente olho d'água	177	-	2.630	6	94
Reserva Legal	1.296	2.469	1.511	46	54
Servidão Administrativa	1.822	303	985	65	35
Uso Restrito	163	449	2.644	6	94
Vegetação Nativa	1.891	3.716	916	67	33
Área topo de morro	4	6			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - PALMITOS					
Número Total de I.R.:	2.807	30.529,55			
Área Total do Município:		35.069,00			
% Área declarada/Área Município:		87,06			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para prospectar alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

As atividades potenciais apresentadas no Quadro 2 resultam da percepção das pessoas e entidades, quanto as possibilidades de empreendimentos, empreendimentos pretendidos por empreendedores ou em fase de implantação.

As pessoas e entidades caracterizam-se por serem pessoas com alto grau de envolvimento no município, seja no campo dos negócios, político, social ou religioso. Essa posição ocupada garante um conhecimento da realidade que não constam nas bases de dados secundárias, pois decorrem do contato diário com os fatos que se materializam no âmbito da sociedade municipal.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

CIDADE BRASIL. **Município de Palmitos**. Disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-palmitos.html>. Acesso em nov/2019.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS (SC). Prefeitura. **Histórico do Município de Palmitos, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.palmitos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/9050>. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS (SC). Prefeitura. **História e Colonização do Município de Palmitos, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.palmitos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/23928>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.